

A POLÍTICA EXTERNA DE CHÁVEZ E LULA NA AMÉRICA DO SUL: INTEGRAÇÃO REGIONAL OU CONSOLIDAÇÃO DE LIDERANÇA?*

Rodrigo Herrero Lopes **

1. Introdução

A América Latina, em geral, e a América do Sul, em particular, vivem um momento importante de protagonismo perante as nações desenvolvidas do Norte, especificamente, Estados Unidos e União Européia. A ascensão de governos de esquerda, populares, com, no mínimo, alguma voluntariedade em participar mais ativamente das relações internacionais, aliado também a um crescimento econômico pouco imaginado nos últimos anos para a região, possibilita uma paridade maior nas discussões, como por exemplo, na Organização Mundial do Comércio (OMC), proporcionando uma relação nada subserviente, em alguns casos até de confronto, e em outros, uma caminhada por outras vias.

Trata-se de um momento e um movimento histórico importantes para a região, que se vê com presidentes que, mesmo com tinturas ideológicas bem diferentes, a maioria, no entanto, vêm de tradições populares, tendo compromissos com uma base social menos favorecida, injustiçada historicamente, por vezes ligada à classe trabalhadora, o que atenua a pressão conservadora de cada país, levando até a confrontos de classe em alguns deles. São eles: o presidente Rafael Correa, no Equador, Tabaré Vázquez, no Uruguai, Evo Morales, na Bolívia, Cristina Kirchner, na Argentina, o ex-bispo Fernando Lugo, eleito no Paraguai após 61 anos de poder do Partido Colorado, Hugo Chávez na Venezuela e Luis Inácio Lula da Silva, no Brasil. De uma forma ou de outra, todos esses se colocaram mais distantes das políticas neoliberais que tomaram conta da América do Sul nos anos 90 e dilaceraram todas as suas economias. E, também, com uma preocupação latente de integrar a América do Sul, a priori, e, depois, a América Latina toda, como um grupo forte a medir forças com as demais potências mundiais, objetivando uma lutar por uma globalização mais justa e mais humana para todos os povos.

Dentro desse cenário se destacam, a nosso ver, dois países: Brasil e Venezuela. O primeiro, por sua condição territorial (ocupa 47,3% de toda a América do Sul), e, conseqüentemente, seu poderio econômico crescente, seus recursos naturais e sua eterna predisposição em se tornar um líder regional, auxiliando aqueles países que mais precisam, e lutando por negociações mais favoráveis, sempre como mote o diálogo, o consenso. Tudo, claro, dentro da concepção de política externa deste governo atual, encabeçada pelo chanceler Celso Amorim.

O outro ator é a Venezuela. Por ser a maior reserva de petróleo fora do Oriente Médio, pelo seu crescimento econômico grandioso nos últimos anos, impulsionado pela alta dos combustíveis fósseis, mas, principalmente, pela sacudida que seu atual presidente, Hugo Chávez, deu em seu país, e nas relações internacionais deste novo século. Pregando um anti-americanismo agressivo, mantém relações fortíssimas com Cuba, na tentativa de criar uma alternativa de projeto governamental, uma espécie de "socialismo do século XXI" com "bolivarianismo" (que originou a ALBA,

Alternativa Bolivariana para as Américas, em contraposição à ALCA, Área de Livre Comércio das Américas), e se põe como uma outra forma de liderança regional, mais à esquerda, não de consenso, mas de confronto.

Diante desse quadro, o objetivo deste artigo é refletir quais são os rumos desses dois importantes atores da atual conjuntura da América do Sul, dentro de um contexto propício a uma integração regional, pautada na solidariedade entre os vizinhos e num desenvolvimento por igual entre todas as nações do subcontinente. Ou seja, quais são os papéis que Brasil, por meio de Lula, e Venezuela, governada por Chávez, possuem dentro dessa perspectiva, se ambos trabalham (e de que forma fazem isso) por esse objetivo mesmo ou se apenas se trata de uma busca de legitimar de suas lideranças em âmbito regional, para se consolidarem como nações importantes e de peso no cenário internacional.

Mas para uma melhor compreensão dos rumos das políticas externas dos governantes aqui citados, vale a pena um rápido estudo histórico de cada país, feito separadamente, no que tange a linha-mestra da política externa de Brasil e Venezuela no século XX e quais caminhos foram modificados, se é que foram, com a entrada de Lula e Chávez na direção desses dois Estados.

2. De Punto Fijo a Hugo Chávez

Na nossa concepção, uma análise a respeito de uma Venezuela democrática deve ser feita a partir do fim da ditadura de Marcos Peres Jiménez, em 1958, culminando com a criação do *Pacto de Punto Fijo* na Constituição de 1961, uma espécie de acordo entre as elites para apaziguar a situação e governar o país por meio de diretrizes democráticas, formado, principalmente, por dois partidos, o partido Social Cristão (COPEI) e a Ação Democrática, que vão se alternar no poder durante o período: "(...) o pacto reconheceu que podiam ser canalizadas no marco das pautas de convivência e [no reconhecimento] de que existiam interesses comuns na sobrevivência do sistema" (Villa apud Romero, 2005: 02)¹.

Partindo disto, a política externa do país não poderia ser outra senão a defesa da democracia em âmbito internacional. Essa postura tinha nome e se chamava doutrina Betancourt, que apontava para o não reconhecimento de nenhum governo no continente que tivesse sido formado por meio de um golpe de Estado.

Outro ponto vital a se destacar do *Pacto de Punto Fijo* é a formação de uma base econômica para a sustentação política dessa democracia que durou cerca de trinta anos (1958-1989). Certamente, o petróleo foi decisivo para formar o que Villa chama de "base material" do pacto:

"A base material do Pacto Punto Fijo foi dada pela distribuição clientelista da renda petrolífera. A existência do petróleo condicionou a forma de intervenção do Estado na economia, e também a relação deste com o restante dos atores políticos, tais como partidos, sindicatos, forças armadas e setor privado. Todos estes setores foram subsidiados pelo Estado, fato este que inibiu qualquer possibilidade de crítica sobre as conseqüências futuras do modelo clientelista de conciliação então adotado" (Idem).

Amado Luiz Cervo aponta no artigo “A Venezuela e Seus Vizinhos” que o país caminhou para um isolacionismo nas décadas pós-anos 50, ou seja, a partir da vitória da democracia das elites no fim dessa década. A Venezuela, mantendo sua doutrina, criticava o regime cubano e os governos militares na América do Sul, se confrontando com esses países. Por isso, acabou por voltar-se para os Estados Unidos, o grande consumidor do seu petróleo, e, também, para o protecionismo, com o objetivo de expandir suas indústrias internas, criando um certo mal-estar em suas relações com os vizinhos. O autor indica as principais diretrizes de sua política externa e sua ação na região durante esse período: “a dependência das exportações de petróleo, cerca de 90% do total; a dependência dos Estados Unidos, principal investidor, cliente e fornecedor, e a repercussão interna dos acontecimentos políticos na área do Caribe” (Cervo, 2001: 03)².

Isso vai durar, na verdade, nada mais que uma década, pois, a partir da eleição de Rafael Caldera Rodríguez, em 1968, a doutrina Betancourt não passaria a ser mais aplicada com tanto afinco, dando prioridade, nos anos 70, à criação de laços com países que poderiam consumir o petróleo produzido pela Venezuela. Ou seja, havia ali uma visão mais realista do cenário internacional. No entanto, o sucesso do petróleo, causado pelos seus preços exorbitantes nessa época, indicou um retorno ao pensamento bolivariano de liderar a América Latina, integrando-a em torno da Venezuela. Mas os resultados não foram os esperados:

“A Venezuela prosseguirá vivendo de sonho e de ilusão: o sonho bolivariano e a ilusão do petróleo. O primeiro não lhe garantiria a pretendida liderança sobre a América do Sul e a segunda não traria o desenvolvimento social e econômico esperado” (Idem).

Somente depois desse duro golpe é que a Venezuela começou a se livrar das amarras do isolacionismo de uma vez por todas e a se guiar por “uma orientação realista, que articulava os objetivos da cooperação e da integração com o esforço interno de desenvolvimento” (Cervo, 2001: 04), devido graças à reorientação dos dois partidos que davam as cartas no país àquela época. Essa mudança de visão foi aproveitada pelo Brasil que fez diversos acordos com a Venezuela e Argentina, principalmente nas áreas energética e comercial. “A mudança política regional da Venezuela representou, portanto, injeção de ânimo tanto para os movimentos de integração quanto para a cooperação bilateral entre vizinhos” (Cervo, 2001: 05).

Os problemas chegaram durante a crise recessiva dos anos 80 que entrouvrou as economias dos países latino-americanos, aumentou os encargos da dívida externa e derrubou os preços do petróleo, por conta também da grande oferta no mercado mundial.

“O comportamento negativo da economia nos anos de 1980 afetou de forma relevante à base material redistributiva do regime venezuelano, fato que mostrava que a eficácia política do Pacto de Punto Fijo estava intrinsecamente atrelada ao comportamento do modelo rentista petrolífero” (Villa, 2005: 05).

Talvez por esse desgaste do modelo de pacto democrático ter sido baseado somente na distribuição dos ganhos obtidos pelo petróleo, a partir de 1989, uma crise política começou a se instalar no país. Carlos Andrés Pérez foi eleito no fim de

1988, ainda com a lembrança das elites dele ter governado no período áureo do petróleo, entre 1973-1978. No entanto, ele adotou um pacote de medidas neoliberais³ para combater os problemas econômicos. Ocorre que essas medidas não foram bem vistas pela fatia mais pobre da Venezuela que acreditava muito mais na intervenção do Estado – que gerava a grande maioria dos empregos – para o bom funcionamento da economia.

Segundo Villa, “o primeiro forte sintoma da instabilidade política do sistema democrático venezuelano” (2005) e que foi primordial para arrebentar com as instituições democrática do *Pacto de Punto Fijo* foi o *Caracaço*⁴, provocando a morte de trezentas pessoas, segundo dados oficiais. Fontes extra-oficiais estendem o número para mais de mil mortos. Pode-se dizer que esta manifestação preparou o terreno para o que se seguiria. Em 1992 houve uma tentativa malograda de golpe, liderada pelo então tenente-coronel, Hugo Chávez Frias, agravando a crise política. No ano seguinte, Carlos Andrés Pérez foi afastado do governo, acusado de corrupção. Tentou-se um arremedo de reforma para tentar manter as instituições democrático-burguesas, sem o sucesso esperado para manter o sistema sem deformações.

Villa afirma que o enfraquecimento do pacto entre elites provocou um vazio na política do país, que acabou sendo preenchido de forma eloqüente por Chávez.

“O radicalismo do discurso chavista, que precede as eleições presidenciais de 1998, transformou-o naquele que melhor interpretava o desejo de mudança popular, tanto em relação à classe política dominante como em relação às suas instituições legadas pela Constituição de 1961” (Villa, 2005: 07).

A vitória de Chávez com mais de 58% dos votos válidos em dezembro de 1998, trouxe, na visão do referido autor, mudanças importantes tanto para a política da Venezuela como para a da própria América Latina. O discurso bolivariano volta para ficar, transformando-se num elemento concreto de ação política, seja na arrumação da casa, seja no sentido de integrar e formar uma grande nação latino-americana.

Cervo tem uma posição bastante clara a respeito da ascensão de Chávez à presidência venezuelana: “[A vitória] pôs fim à dominação de quarenta anos dos dois partidos conservadores tradicionais, inaugurando um outro modelo político caracterizado pelo nacionalismo social, distinto do conservadorismo tradicional e da malograda experiência neoliberal recente” (Cervo, 2001: 06-07). Ele conta, ainda, que a política externa desse país foi enfatizada nos vizinhos, segundo palavras do Ministro de relações Exteriores da Venezuela, José Vicente Rangel, tendo quatro áreas básicas para o esforço de sua diplomacia: a atlântica, a caribenha, a andina e a amazônica.

“Seus objetivos se desdobrar-se-iam na implementação de importantes projetos de cooperação bilateral e na determinação de contribuir, desde a região, para agilizar os processo de integração. Decidiu, desse modo, o novo Governo venezuelano jogar seu peso político, a força de seu mercado e de seu setor produtivo, particularmente o petrolífero, em favor da união da América Latina” (Cervo, 2001: 07).

Isso fica evidente, como exemplo, num discurso de Chávez durante a 30ª Cúpula do Mercosul, em que a Venezuela foi oficializada como membro permanente do bloco. Conforme notícia veiculada no site do governo da Venezuela⁵, Chávez coloca a importância da efetivação de um mundo “pluripolar”, ou seja, sem uma liderança hegemônica, defendendo uma integração social para que seja consolidada a formação de um bloco do Sul: “A América Latina tem o necessário para ser uma potência mundial (tradução minha)”, disse Chávez, que propõe a formação de uma comissão estratégica que organize e planifique os projetos complementares.

Ele deixa claro, inclusive, que o interesse de seu país é o petróleo, a energia e o gás, e, que essas três peças devem se converter numa ferramenta chave para essa integração, e cita o exemplo do Gasoduto do Sul, projeto entre Brasil, Argentina e Venezuela, para construir um gasoduto gigante que percorra boa parte da América do Sul. Ressaltou, ainda, que o Mercosul pode começar a pensar na elaboração de uma Constituição, de uma moeda comum, de um Banco Central comum. “Há que construir poder, o poder se constrói sobre o espaço, com os povos unidos, com instituições, com institucionalidade, com recursos econômicos, com produção”, acrescentou o presidente venezuelano. No fim das contas, a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), criada em dezembro de 2004, que se transformou em maio deste ano na União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), numa positiva demonstração de esforço dos 12 países sul-americanos em começar a colocar em prática o projeto da Comunidade e construir, no longo prazo, algo semelhante a uma União Européia para a América do Sul.

Como outro exemplo, a criação da Alternativa Bolivariana das Américas (ALBA) em 2005, com Cuba e, depois, incorporando a Bolívia, Nicarágua e, agora, Honduras, com a formulação de parcerias e acordos cooperativos, voltados principalmente para áreas de maior necessidade, como médicos e educadores cubanos para a Venezuela e petróleo da PDVSA para Cuba, tudo isso indica um passo para uma integração regional, mas, aqui, com um cunho ideológico bastante forte, pelo menos é o que acredita o assessor especial de política externa da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia:

“Do ponto de vista comercial, a Alba não é relevante. É um projeto político ideológico muito preciso. Ela nunca foi proposta ao Brasil. (...) A Alba é muito mais um desígnio geral. Se quisermos tomar uma imagem gastronômica, a Alba não é um bife, é o molho. O Mercosul tem uma densidade maior, por contemplar políticas comerciais, econômicas, etc. O que escapar do Mercosul, ficará para a Comunidade Sul-Americana de Nações” (Garcia, 2006: 03)⁶.

3. Do Barão de Rio Branco a Lula

A linha da política externa do Brasil foi uma durante boa parte de sua história, devido a José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912), conhecido por todos como Barão do Rio Branco. Ele foi considerado essencial para o país em seu período, conseguindo, por meio da diplomacia, o aumento do território brasileiro, seja em querelas com a Bolívia pelo espaço do Acre (comprado daquele país), seja sobre o atual estado do Amapá (conseguido numa disputa internacional com a França, arbitrada pelo governo suíço), seja assegurando boa parte das terras de Santa

Catarina e Paraná, num litígio com a Argentina. Apesar disso, a postura da diplomacia brasileira sob a égide do Barão do Rio Branco é a de neutralidade, pelo menos é o que diz Maykol Allan Paz no artigo “O Novo Perfil da Política Externa Brasileira⁷”. Além disso, vale destacar a aliança estratégica com os Estados Unidos (conhecido depois como o alinhamento automático aos EUA), base das relações internacionais do Brasil no início do século, após a queda da Grã-Bretanha como regente do sistema internacional vigente até o “crash” da Bolsa de 1929.

Mesmo assim, a história da política externa brasileira sempre foi um tanto quanto conturbada, com idas e vindas bastante típicas de governos que invertem as prioridades na política exterior. Ou seja, a política externa de estado que está expressa na Constituição Federal⁸ permanece, o que muda é a política exterior de cada governo, de acordo com o presidente e equipe que desejavam dar um foco diferente à política externa do seu mandato. Getúlio Vargas, por exemplo, que governou o país por duas vezes, entre 1930 e 1945 e 1951 até 1954, teve uma posição bastante ambígua durante a Segunda Guerra Mundial. Vargas e seus generais que o ajudaram a levar ao poder na Revolução de 30 eram mais simpáticos ao nazismo alemão de Adolf Hitler e, principalmente, às teses fascistas de Mussolini, então governante da Itália. Tanto que o Brasil se posicionou de forma neutra até por volta de 1941, quando submarinos alemães foram vistos na costa brasileira e, sob fortíssima pressão dos Estados Unidos (que não desejava ver oposição em seu quintal continental), fez com que Vargas abandonasse seus arroubos fascistas e formasse trincheiras contra o Eixo, formado pela Alemanha, Itália e Japão.

Vale a pena ressaltar também o curto espaço de tempo do governo Jânio Quadros, em 1961, quando o então presidente condecorou Che Guevara em território brasileiro pelos serviços prestados à revolução socialista, querendo posicionar que seu governo não estava previamente alinhado aos Estados Unidos. O desejo era o de manter boas relações com todos os países, formulando, inclusive, a Política Externa Independente (PEI), como a constatação de que uma “preocupação com a autonomia na concepção de uma política externa para o país ganhava consistência dada a vigência de um forte antagonismo ideológico regendo as relações internacionais” (Cardoso, 2006: 01⁹). Claro que esse posicionamento revoltou os militares que, cada vez mais, se aproximavam das rédeas da política brasileira.

Por isso mesmo, a partir de 1964, até 1985, tempo da ditadura militar no Brasil, o país se revestiu de um sentimento nacionalista, claramente influenciado pelas Três Forças Armadas Brasileiras, que sempre carregaram essa vontade de ver o Brasil como uma potência mundial. Para tanto, os militares sufocaram a oposição, matando-a, censurando-a, limitando qualquer forma de contestação política, enquanto a economia de um Estado forte internamente, mas amplamente aberto aos recursos estrangeiros, foi sendo estabelecida ao longo dos anos 60 e 70, dando na grave recessão que a “década perdida” de 80 resultou aos cofres e ao povo brasileiro. Um contra-senso, na verdade, pois, se o objetivo era um país forte, protegê-lo da vulnerabilidade externa do crédito a juros altos deveria ser uma meta, não um descarte. O projeto de potência prosseguiu mesmo assim, por meio da construção de hidrelétricas (Itaipu é um exemplo disso), energia nuclear (Angra dos Reis é outro), tudo para prover recursos próprios para manter a soberania da nação do “ame-o ou deixe-o”.

No campo das relações interestados, o Brasil, coerente com sua luta anti-comunista em seu território, rechaçava todo e qualquer movimento que pregava o socialismo ou tivesse alguma tintura vermelha, de esquerda. Por outro lado, se permitia estabelecer autonomia perante os Estados Unidos (principalmente durante o governo de Ernesto Geisel, entre 1974 e 1979) e negociava com alguns países, principalmente da África¹⁰ que buscavam sua independência, mesmo que tivessem parcelas de esquerda ativas nos levantes, além de fazer acordos com regimes de generais. Ou seja, os interesses nacionais eram mais importantes do que qualquer disputa ideológica no campo externo, desde que não afetassem a segurança interna.

O fim da ditadura e a grave crise sofrida na década de 1980 (sem falar na falta de uma articulação regional ou mesmo de diretriz à sua política externa) impuseram uma freada no ímpeto brasileiro de ser potência. Somente a partir do mandato de Itamar Franco (1993-1994), por conta do trabalho do então Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim (o mesmo ministro de Lula), é que se começou a desenhar uma política externa com algum tipo de organização e objetivos mais palpáveis, mesmo que pudessem ser discutíveis.

Demétrio Magnoli e Regina Araújo contribuem para a explicação das diretrizes do governo FHC, ligando-a ao Barão de Rio Branco: “A tradição principal da política externa brasileira, estabelecida pelo Barão do Rio Branco, organiza-se em torno da aliança estratégica com os Estados Unidos e tem por foco a esfera da América do Sul. [Luiz Felipe] Lampreia e [Celso] Lafer¹¹, cada um a seu modo, trilham caminhos inscritos nessa tradição. A parceria com a Argentina, a construção e ampliação do Mercosul e o diálogo prioritário com os Estados Unidos consumiam os esforços do Itamaraty. O resto era periférico, ainda que importante” (Magnoli e Araújo, 2005: 01)¹².

Conforme uma análise comparativa feita por Paulo Roberto Almeida, entre as políticas externas dos governos FHC e Lula, é possível detectar os pontos principais, na visão deste autor, da diplomacia na era tucana. Nas características gerais da política externa de FHC, ele aponta uma

“integração ao mundo globalizado; desejo de uma ‘globalização com face humana’; abordagem tradicional da diplomacia; diplomacia tem um papel acessório no desenvolvimento; diálogo com outros líderes mundiais, buscando um melhor ambiente cooperativo para o desenvolvimento” (Almeida, 2004: 01)¹³.

No caso do Mercosul, as ponderações apontam para “uma das mais importantes prioridades da diplomacia brasileira; base possível para a integração econômica com o mundo e para o fortalecimento das relações econômicas na região; temas econômicos e comerciais têm prioridade sobre os demais” (Idem). Já quanto a ALCA, o seguinte: “Sem muito entusiasmo a respeito, mas sem oposição real ao projeto; ALCA poderia ser uma oportunidade concreta para a modernização da economia; barganha realista sobre os protecionismos setoriais dos EUA (subsídios agrícolas) e aceitação limitada dos novos temas (regras e acesso)” (Ibidem).

Já a diplomacia do governo Lula é vista de forma totalmente diferente por analistas e especialistas. Em entrevista concedida pela pesquisadora do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Maria Regina Soares de Lima, ao Jornal Valor Econômico, publicada em 28 de fevereiro de 2004, a pesquisadora afirmava que a política externa de Lula buscava uma participação do Brasil em esferas multilaterais, numa participação política e protagonismo mais contundentes, ultrapassando o mero debate comercial.

Disse a pesquisadora:

“O Brasil está mostrando que é possível combinar política econômica ortodoxa com heterodoxia na política externa. Provou que não é preciso haver convergência entre as duas políticas. No governo anterior [de FHC], o importante foi restabelecer a credibilidade do Brasil como país democrático, que respeita os direitos humanos, um país que desistiu de ter um projeto de potência e nuclearização das Forças Armadas. O governo Lula não abdicou da questão da credibilidade, mas a política externa tornou-se mais assertiva (Lima, 2004: 01)¹⁴”.

Lima considera, também, que no pensamento brasileiro desde o século XX perdurou a idéia do Brasil potência, liderando a América do Sul, indicando os caminhos, superando uma visão de Estado mercantil, que apenas provém recursos para os grandes colonizadores, como era em priscas eras. Antônio Carlos Lessa acrescenta nessa análise ao colocar que

“Lula prometeu uma política externa guiada pela promoção do desenvolvimento econômico, mas que, diferentemente do que aconteceu sob a égide do nacional-desenvolvimentismo na prática internacional do Brasil nos sessenta anos anteriores à década de noventa, deveria comportar também, e especialmente, a preocupação com a promoção do desenvolvimento social” (Lessa, 2003: 01)¹⁵,

Revela com isso, o caráter estratégico que a América do Sul teria na administração petista. Outro que evidencia essa postura brasileira é o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, membro importante da política externa deste governo, ao colocar que Lula optou por reforçar a integração da América do Sul. É o que também conta o assessor especial de política externa da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia:

“Nosso objetivo era articular a América do Sul, num primeiro momento, para criar uma solidariedade regional. Numa conjuntura adversa, tentamos mudar a correlação de forças internacional. Pode parecer pretensioso, mas ou se aceita passivamente a correlação de forças, ou se tenta alterá-la. Nós interviemos para mudar significativamente a região. Penso que tivemos sucesso. Hoje há um grande número de governos de esquerda e de centro-esquerda que, embora distintos entre si, buscam pontos de convergência. Mesmo administrações mais conservadoras foram empurradas para essa diretriz feral de unidade sul-americana” (Garcia, 2006: 03).

Tudo isso implica uma natural predisposição do país de buscar apoios para consolidar sua liderança na região. Não é a toa que, a partir de 2003, com a chegada de Lula ao Planalto, o Brasil voltou-se à integração sul-americana no Mercosul, como, por exemplo, com o acordo de livre comércio com a Comunidade dos Países Andinos (Bolívia, Equador, Colômbia e Peru), a inclusão como membros associados do Mercosul o Peru, a Colômbia e o Equador, além da recente integração definitiva da Venezuela ao bloco em 2006, além da criação da CASA, refundada agora sob a égide de UNASUL.

“Essa orientação da política externa brasileira vem sendo complementada pela intensificação da cooperação entre os países do sul, a qual pode ser verificada principalmente através das alianças estratégicas com a África do Sul e a Índia (...), da intensiva parceria com a China e da assinatura de inúmeros acordos bilaterais de livre comércio com países periféricos do Sub-Sahara africano e do Oriente Médio” (Andrioli e Schmalz, 2006: 03)¹⁶.

Para fortalecer ainda mais que essa pluralidade nas relações internacionais, o próprio presidente deixa claro isso numa entrevista feita em seu programa *Café com o Presidente*:

“No Brasil tem um tipo de gente com a cabeça colonizada, tem um tipo de gente que parece que não gosta de independência, tem um tipo de gente que parece que acha que o Brasil só pode estar subordinado à política dos Estados Unidos ou à política da União Européia (...). Queremos ter uma relação mais homogênea com o mundo inteiro para colocar os nossos produtos e isso vai gerar riqueza para o Brasil, isso vai gerar emprego para o Brasil, isso vai gerar desenvolvimento para o nosso país” (Silva, 2005: 01)¹⁷.

4. Brasil versus Venezuela?

Se nos itens anteriores foram compostos os cenários históricos que fundamentaram a base de cada política externa (no geral, nem tão diferentes assim) agora a questão é mais realista, verificando o interesse de cada um dentro do processo de desenvolvimento da América do Sul.

No que tangeu à Venezuela, verificou-se um posicionamento de Hugo Chávez em governar para o povo, descolado das lideranças burguesas que historicamente mandaram naquele país. E isso levado também para o âmbito subcontinental, numa tentativa do presidente venezuelano de integrar os países sul-americanos num ambiente cooperativo e popular, contra as grandes potências do Norte.

A rigor, este também é o sentido da diplomacia de Lula, porém, num tom bem mais moderado, retirando a palavra “contra” e utilizando termos como “buscar outros parceiros”, “ter mais opções no mercado externo” para “reduzir a dependência externa”, sem se afastar dos grandes mercados, buscando sempre um “consenso” para as querelas do comércio mundial, por exemplo. Isto é, para Chávez a necessidade é de tornar a Venezuela e o subcontinente independentes do resto do mundo, soberanos para negociar com qualquer parceiro e se posicionar frontalmente contra, quando preciso.

Já Lula trabalha em torno da cooperação: deseja contatos com outros países (a abertura da Câmara de Comércio Árabe Brasileira e a tentativa de entrar no mercado africano e asiático são bons exemplos), mas não abandona a possibilidade de parcerias com a União Européia e até mesmo com os Estados Unidos, tradicional parceiro brasileiro. Por isso mesmo que Lula procurou nos últimos anos “domesticar” Chávez para que o Brasil consiga mais parceiros para fortalecer a unidade sul-americana, mas sem comprometer o relacionamento com os outros continentes.

Vale destacar como base da política externa do governo Lula o Programa de Governo para o segundo mandato do candidato petista, em que consta que “o Brasil acentuará sua presença soberana no mundo. Lutará nos foros internacionais pelo multilateralismo, contribuindo para a reforma das Nações Unidas e de seu Conselho de Segurança, onde reivindica uma vaga permanente”. Ou seja, aqui reflete a busca de soberania do Brasil em relação as suas atitudes internacionais, procurando maior espaço no cenário mundial, mas também, uma abertura nas relações, ao cunhar o termo “multilateralismo” em seu texto, que significa que as relações, e principalmente as decisões, devem ser definidas após acordos consensuais entre todos os países e não vindas de cima por uma nação hegemônica.

Outro ponto interessante do curto trecho dedicado à política externa recai, como já dito anteriormente, para a opção brasileira em fortalecer a América do Sul e ao relacionamento com os países pobres ou em desenvolvimento, principalmente do Hemisfério Sul. “Privilegiará o processo de integração sul-americana – o Mercosul e a Comunidade Sul-americana de Nações – e fortalecerá as relações Sul-Sul, dando ênfase particular às suas relações com os países do continente africano, ao mesmo tempo em que buscará ampliar seu acesso aos grandes mercados europeu, norteamericano e asiático e manter com os países desenvolvidos um relacionamento produtivo e soberano”, diz o documento.

Exemplo disso é a entrada da Venezuela no Mercosul – que é o primeiro passo dado rumo à integração regional e das principais bandeiras do governo Lula – como membro integrante do bloco é importante e, ao mesmo tempo, arriscada, tanto para o Mercosul quanto para as pretensões brasileiras de liderança no subcontinente. Primeiro, ela é importante por abrir espaço para um parceiro comercial que detém 4% da produção mundial de petróleo, um país que cresceu 9% em 2005, 10% em 2006 e 8% em 2007. Na questão petrolífera, abre espaço para uma união no setor energético, com diversos projetos como das hidrelétricas na região amazônica e o Gasoduto do Sul. Ou seja, essa aproximação pode ocasionar dividendos econômicos e estratégicos para o Brasil, que busca uma independência no âmbito energético e tem tudo para isso, também por causa de suas crescentes reservas naturais.

Já o perigo da ascensão venezuelana via Chávez estaria na politização que o Mercosul sofreria, tirando o foco econômico-comercial, cooperativo, que vinha até então. Isso é um mal, de acordo com a política externa do presidente brasileiro. Pois, como a Venezuela comprou US\$ 3,2 bilhões em títulos da dívida argentina e US\$ 100 milhões da dívida paraguaia, fez doações para escolas uruguaias e comprou postos, além de efetuar uma parceria entre a sua PDVSA e a YPFB da Bolívia, num valor de US\$ 130 milhões, todas essas parcerias credenciam o país a receber apoio destes e a ameaçar a suposta liderança tupiniquim.

Está claro que Brasil e Venezuela têm um interesse comum: a integração da América do Sul. Pela série de fatores já expostos, tais como: facilidade de entrada de seus produtos nos mercados vizinhos, crescimento econômico, intercâmbio cultural, desenvolvimento na região, aumento do turismo, fortalecimento das relações próximas. Tais elementos são deveras importantes para uma negociação em âmbito mundial de diversos temas, como tem ficado evidente nas negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio, em que a formação de blocos pode facilitar (mas também pode complicar, como ocorreu recentemente com o conflito de opiniões entre os membros do G-20, em especial o Brasil) com que os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento do Sul tenham condições de negociar em igualdade com as potências do Norte.

É normal também que essa unidade subcontinental abra espaço para que apareçam governos que peçam para si os dividendos políticos e diplomáticos de uma união sul-americana, sobressaindo-se como liderança desse futuro novo bloco. Talvez seja aí que possa residir o perigo: caso os interesses de cada um superponham a unidade regional, na busca por uma consolidação de uma hegemonia na região, fazendo com que ambos possam se confrontar no futuro, não de forma bélica, mas divergindo idéias e objetivos, podendo até travar o processo de integração sul-americana. Afinal de contas, outros países não irão tolerar ter um comandante na fronteira, como várias vezes a Argentina já deixou muito claro ao Brasil, que, apesar do discurso histórico, deixa transparecer esse desejo nas entrelinhas de sua política externa.

Enfim, tudo isso vai depender também de até quando a Venezuela surfará na onda do alto preço do petróleo, que a mantém como ator relevante no cenário internacional, e, também, se essa política de fortalecimento do Mercosul, incorporando novos membros e mantendo os atuais – em contrapartida ao tamanho da economia brasileira que sempre ameaçará seus associados –, possibilitará mesmo que haja uma integração na América do Sul que seja vantajosa para todos.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Relações Internacionais e Política Externa do Brasil: História e Sociologia da Diplomacia Brasileira*. 2ª ed. . Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ANASTASIA, Fátima; MELO, Carlos Ranulfo; SANTOS, Fábio. *Governabilidade e Representação Política na América do Sul*. São Paulo: UNESP, 2004.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Desafios na Era dos Gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LAFER, Celso. *A Identidade Nacional do Brasil e a Política Externa Brasileira*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

MARINGONI, Gilberto. *A Venezuela que se Inventa*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

OURIQUES, Nildo. *Raízes no Libertador: Bolivarianismo e Poder Popular na Venezuela*. Florianópolis: Insular, 2005.

PENNA, José Osvaldo de Meira. *Política Externa, Segurança e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: AGIR, 1967.

UCHOA, Pablo. *Venezuela: a Encruzilhada de Hugo Chávez*. São Paulo: Globo, 2003.

VILLA, R. A. D. ; URQUIDI, V. D. . *Venezuela e Bolívia: legitimidade, petróleo e neopopulismo*. *Política Externa*, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 63-78, 2006. Editado

VILLA, R. A. D. . *Política externa brasileira: capital social e discurso democrático na América do Sul*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, p. 63-89, 2006.

VILLA, R. A. D. . *Política externa na administração Hugo Chávez*. *Política Externa*, SP, v. 13, p. 99-119, 2004

VILLA, R. A. D. . *O enfant terrible da política externa latino-americana: a diplomacia de Hugo Chavez frente aos Estados Unidos*. *Conjuntura Política*, UFMG, n. 35, p. 1-9, 2002.

VILLA, R. A. D. . *Venezuela: o projeto de refundação da república*. *Lua Nova*, São Paulo, n. 49, p. 135-160, 2000.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

DOCUMENTOS DE ACESSO EXCLUSIVO EM MEIO ELETRÔNICO

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Um Exercício Comparativo de Política Externa: FHC e Lula em perspectiva*. Sítio Achegas, 2004. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/dezessete/paulo_r_a_17.htm. Acesso em 08 de agosto de 2006.

ANDRIOLI, Antônio Inácio e SCHMALZ, Stefan. *O governo Lula: continuidade da política neoliberal no Brasil?*. *Revista Espaço Acadêmico*, 2006. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/062/62andrioli.htm>. Acesso em 06 de agosto de 2006.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. *Brasil, Argentina e América do Sul*. Scielo Brasil, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 01 de agosto de 2006.

CANTARINO, Carolina. *Mercosul: novo parceiro, velhos problemas*. *Revista ComCiencia*, 2006. Disponível em:

<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=12&id=100>. Acesso em 10 de julho.

CARDOSO, Arnaldo Francisco. *Política Externa e Desenvolvimento Nacional: por onde vai o governo Lula?*. PUCSP, 2006. Disponível em: http://www.pucsp.br/neamp/artigos/artigo_44.htm. Acesso em 31 de julho de 2006.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Política Externa*, 2006. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos20/ev_centindep_polexterna.htm. Acesso em 08 de agosto de 2006.

CERVO, Amado Luiz. *A Venezuela e Seus Vizinhos*. Brasília: UNB, 2001. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/ipri/Papers/Venezuela/Amado%20Cervo.doc>. Acesso em 25 de julho de 2006.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 27 de março de 2007.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA DE 1999. *Ciberamérica*, 2007. Disponível em: http://www.ciberamerica.org/Ciberamerica/Portugues/Areas/Admin_Governab/Constituciones/contituicoespaises.htm. Acesso em 27 de março de 2007.

CORTEZ, Hugo. *Pernambuco, Chávez e a PDVSA*. La Insignia, 2005. Disponível em: http://www.lainsignia.org/2005/noviembre/ibe_003.htm. Acesso em 25 de julho de 2006.

FARIAS, Rogério. *A política externa do governo Lula – sob o império de Fata Morgana*. *RelNet*, 3 de dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.relnet.com.br/blog/?p=61>. Acesso em 16 de março de 2007.

GARCIA, Marco Aurélio. *“Nosso objetivo internacional era integrar a América do Sul. E conseguimos”*. Entrevista concedida a Gilberto Maringoni. *VoltaireNet*, 07 de junho de 2006. Disponível em: <http://www.voltairenet.org/article139857.html>. Acesso em 31 de julho de 2006.

GARDINI, André. *América Latina: saída pela esquerda?*. *Revista ComCiencia*, 2006. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=12&id=99>. Acesso em 10 de julho.

HERRERA, Laura Carolina. *El objetivo es conformar um mundo pluripolar*. Ministério de Comunicação e Informação do Governo Bolivariano da Venezuela, 21 de julho de 2006. Disponível em: <http://www.mci.gob.ve/noticiasnuev.asp?numn=10632>. Acesso em 06 de agosto de 2006.

HIRST, Mônica. *Evolução da Política Externa Brasileira*. Ministério das Relações Exteriores, 2006. Disponível em: http://www2.mre.gov.br/acs/diplomacia/portq/h_diplom/gm015.htm. Acesso em 08 de agosto de 2006.

LAFER, Celso. *Brasil: dilemas e desafios da política externa*. Scielo Brasil, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000100014&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 08 de agosto de 2006.

LESSA, Antônio Carlos. *Renovação na continuidade?*. UNB, 2003. Disponível em: <http://www.unb.br/acs/artigos/at1203-04.htm>. Acesso em 06 de agosto de 2006.

LIMA, Maria Regina Soares de. *País adota heterodoxia na política externa*. Entrevista concedida a Francisco Góes do Rio. *Jornal Valor Econômico*, 28 de fevereiro de 2004. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/artigos/valor280205.asp>. Acesso em 06 de agosto.

MAGNOLI, Demétrio e ARAÚJO, Regina. *Projeto de Ensino de Geografia*. Editora Moderna, 2004. Disponível em: <http://www.moderna.com.br/didaticos/em/geografia/projensinogeo/rumos/0029>. Acesso em 08 de agosto de 2006.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Discursos, artigos e entrevistas*. s/d. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/index.asp. Acesso em 01 de agosto.

NETO, José Ribeiro Machado Neto. *Eleições venezuelanas e a longevidade política bolivariana: ganhos e perdas*. *RelNet*, 19 de dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.relnet.com.br/blog/?p=97>. Acesso em 16 de março de 2007.

PAZ, Maykol Allan. *O Novo Perfil da Política Externa Brasileira*. *Revista Autor*, 2005. Disponível em: http://www.revistaautor.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=373&Itemid=49. Acesso em 31 de julho de 2006.

PALLONE, Simone e SOYAMA, Paula. *Entrevista com Demétrio Magnoli*. *Revista ComCiencia*, 2006. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&tipo=entrevista&edicao=12>. Acesso em 10 de julho.

PENNAFORTE, Charles e LUIGI, Ricardo. *Movimentos Anti-Sistêmicos na América Latina: Venezuela e sua "função piemontesa"*. *Revista Intellector*, 2005. Disponível em: <http://www.revistaintellector.cenegri.org/pennaforte-luigi.pdf>. Acesso em 10 de julho de 2006.

SILVA, Luiz Inácio da. *Lula comenta política externa brasileira*. Entrevista concedida a Luiz Fara Monteiro. *Radiobrás*, 16 de maio de 2005. Disponível em:

http://www.radiobras.gov.br/cafepresidente/160505/cafepresidente_160505.htm. Acesso em 25 de julho de 2006.

VILLA, Rafael Duarte. *Venezuela: mudanças políticas na era Chávez*. Scielo Brasil, 26 de setembro de 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 25 de julho de 2006.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A Política Externa da Venezuela Frente à Globalização (1989-2001)*. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/ipri/Papers/Venezuela/Paulo%20Vizentini.doc>. Acesso em 13 de março de 2007.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. *As múltiplas faces da integração*. Voltairenet, 05 de junho de 2006. Disponível em: <http://www.voltairenet.org/article139709.html>. Acesso em 06 de agosto.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. *O projeto de integração da América do Sul está ameaçado?*. Agência Carta Maior, 11 de maio de 2006. Disponível em: http://agenciartamajor.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=10851&editoria_id=6. Acesso em 06 de agosto de 2006.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. *Os desafios da política externa e as vulnerabilidades do Brasil*. Agência Carta Maior, 20 de maio de 2006. Disponível em: http://agenciartamajor.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=11206&editoria_id=6. Acesso em 06 de agosto de 2006.

RESUMO: O artigo pretende analisar as políticas externas dos presidentes Hugo Chávez, da Venezuela, e Luís Inácio Lula da Silva, do Brasil, verificando se a busca por uma integração da América do Sul passa por um viés solidário de relação próxima entre vizinhos ou se não passa de uma busca por consolidar sua liderança regional perante o mundo.

PALAVRAS-CHAVE: política externa, América do Sul, integração regional

* Este artigo é fruto da investigação realizada durante o curso de especialização em Políticas e Relações Internacionais - Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (2006-2007)

** Rodrigo Herrero é jornalista, pós-graduado lato sensu em Política e Relações Internacionais pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Contato: rodrigo.herrero@gmail.com